



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

01 Paraguaçu Paulista

Protocolo: 071540

Data/hora: 17/05/2021 21:37:52

Responsável: *mg*

PARECER Nº 016/21

RELATOR ESPECIAL

Ao Projeto de Lei nº 027/2021

Autor: **Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA**

Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021, previsto na Lei Municipal nº. 1.989, de 26 de agosto de 1997.

RELATÓRIO

Nomeado pela Presidência da Casa para analisar e exarar parecer sobre o Projeto de Lei nº 027/2021, relato a seguir, como Relator Especial, as observações que julgo pertinentes à matéria.

Este Projeto dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito pelos servidores municipais, com desconto automático em folha de pagamento, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.989/1997.

A referida Lei Municipal autorizou a celebração de convênio entre o Poder Executivo e as instituições financeiras para concessão de empréstimos aos servidores públicos municipais, dispondo em seu art. 2º sobre a consignação do limite de 30% (trinta por cento) para desconto na folha de pagamento.

Assim o projeto visa alterar o art. 2º no sentido de aumentar esse percentual de 30% para 35%, nos moldes do que dispõe a Lei Federal nº 14.131/2021, que também aumentou esse percentual para servidores públicos federais, aposentados e pensionista e trabalhadores regidos pela CLT.

Frise-se que é uma lei temporária, cujos efeitos se darão no período compreendido entre a data da publicação da lei até o dia 31/12/2021, tal qual a Lei Federal nº 14.131/2021, ou seja, esse novo percentual só será aplicado para os novos empréstimos consignados que forem solicitados até o fim do corrente ano.

Quanto aos aspectos de iniciativa e competência, o Projeto de Lei se enquadra nos termos dos artigos 70, inciso VII e 178 da Lei Orgânica do Município.

Ainda, trata-se também de uma questão local, na qual o Poder Executivo tem competência para dispor sobre o tema, conforme art. 30, inciso I da Constituição Federal.

Após analisar a matéria e não encontrando vícios que possam impedir sua tramitação, emito **PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 027/2021**, em conformidade com o posicionamento da Procuradoria Jurídica da Casa, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 17 de maio de 2021.

Daniel Rodrigues Faustino
DANIEL RODRIGUES FAUSTINO
Relator

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br